



***POR UMA UNIVERSIDADE EFETIVAMENTE DEMOCRÁTICA:
DEMANDAS E QUALIDADE DE POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA
PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DE UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA***

***POR UNA UNIVERSIDAD EFECTIVAMENTE DEMOCRÁTICA:
DEMANDAS Y CALIDAD DE POLÍTICAS Y ACCIONES AFIRMATIVAS DESDE
LA PERSPECTIVA DE LA POBLACIÓN LGBTQIAPN+ DE UNA UNIVERSIDAD
PÚBLICA***

***FOR AN EFFECTIVELY DEMOCRATIC UNIVERSITY: DEMANDS AND
QUALITY OF POLICIES AND AFFIRMATIVE ACTIONS FROM THE
PERSPECTIVE OF THE LGBTQIAPN+ POPULATION OF A PUBLIC
UNIVERSITY***

Marcus Vinicius Mazini dos Santos¹

Leonardo Lemos de Souza²

Rafael Paulino Juliani³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar opiniões da população LGBTQIAPN+ sobre ações afirmativas desenvolvidas por uma universidade pública para o acesso à educação e o combate à violência LGBTQIAPN+fóbica, sendo a exposição de um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre demandas e qualidade de políticas e ações afirmativas de acordo com a população LGBTQIAPN+ universitária. Foi aplicado um questionário contendo questões para os participantes expressarem suas opiniões em relação às ações e políticas afirmativas universitárias. Os dados foram analisados com base nos princípios da pesquisa qualitativa. As informações levantadas indicam desconhecimento das ações

¹ Mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.

² Doutor em Educação pela Unicamp. Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.

³ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil.

desenvolvidas pela universidade por parte dos participantes, ao mesmo tempo que demandam ações adicionais que contemplem realidades vividas por LGBTQIAPN+. Com os resultados discutimos a avaliação das ações conhecidas, a manutenção do sistema cis/hétero no cotidiano universitário, demandas da população LGBTQIAPN+ e LGBTQIAPN+fobia no contexto universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas e ações afirmativas. Gêneros e sexualidades. Educação Superior. LGBTQIAPN+.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar opiniones de la población LGBTQIAPN+ sobre acciones afirmativas desarrolladas por una universidad pública para el acceso a educación y combate a violencia LGBTQIAPN+fóbica, siendo la exposición de una sección de una investigación más amplia sobre demandas y calidad de políticas y acciones afirmativas según la población universitaria LGBTQIAPN+. Se aplicó un cuestionario para que los participantes expresen sus opiniones sobre acciones y políticas afirmativas. Los datos fueron analizados con base en principios de la investigación cualitativa. La información recopilada indica desconocimiento de las acciones desarrolladas por la universidad por parte de los participantes, al mismo tiempo que exigen acciones adicionales que tengan en cuenta las realidades de personas LGBTQIAPN+. Con los resultados discutimos la evaluación de acciones, el mantenimiento del sistema cis/heterosexual en el cotidiano, demandas de la población LGBTQIAPN+ y LGBTQIAPN+fobia en el contexto universitario.

PALABRAS-CLAVE: Políticas y acciones afirmativas. Géneros y sexualidades. Educación universitaria. LGBTQIAPN+.

ABSTRACT

This article aims to analyze opinions of the LGBTQIAPN+ population on affirmative actions developed by a public university for education access and combat LGBTQIAPN+phobic violence, being the exposition of a section of a broader research on demands and quality of policies and affirmative actions according to the LGBTQIAPN+ university population. A questionnaire was administered for participants to express their regarding university affirmative actions. The data was analyzed based on the principles of qualitative research. The information collected indicates a lack of knowledge of the actions developed by the university, with participants at the same time demanding additional actions that take into account the realities experienced by LGBTQIAPN+. With the results we discuss the evaluation of known actions, the maintenance of the cis/straight system in everyday university life, demands of the LGBTQIAPN+ population and LGBTQIAPN+phobia in the university context.

KEYWORDS: Policies and affirmative actions. Genders and sexualities. College education. LGBTQIAPN+.

* * *

Introdução

No contexto brasileiro, grupos que possuem sexualidades e identidades de gênero que fogem da lógica da cisheteronorma⁴ enfrentam, historicamente, um cenário de violência e ódio sobre suas existências. Esse cenário produz processos sistemáticos de exclusão e dificuldade de acesso à educação, saúde e direitos civis relacionados à livre expressão de afetos, cultura e sociabilidade. No contexto da educação esses processos têm sido vivenciados com os diversos ataques da referida “ideologia de gênero”, um termo forjado por grupos que se sustentam numa lógica da salvaguarda da família e da continuidade de valores do cisheteropatriarcado⁵ (Rogério Diniz Junqueira, 2018). Este debate está mais presente na educação básica, embora atravesse todas as instituições educativas em seus diferentes níveis.

Observando contextos mais gerais de violência contra a população LGBTQIAPN+, o Grupo Gay da Bahia, a mais antiga associação brasileira de defesa dos direitos de pessoas *gays* (e atualmente atuando em prol de toda a comunidade LGBTQIAPN+), trabalha em estatísticas que expõem a violência contra a população LGBTQIAPN+ há décadas. O *Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2023*, publicado em 2024, com dados construídos a partir de informações veiculadas pela imprensa brasileira, conteúdos da internet e envios de informações para o GGB⁶, apontou que 257 pessoas LGBTQIAPN+ foram vítimas da LGBTQIAPN+fobia no Brasil no ano de 2023, incluindo: 204 homicídios (79,38%) e 20 suicídios (7,78). Tal realidade não é incomum: no ano de 2022, a partir de relatório publicado em 2023, o Grupo Gay da Bahia relatou a morte violenta de 256 pessoas LGBTQIAPN+. Já o *Observatório de Mortes Violentas LGBTI+* em seu dossiê de 2022, também publicado em 2023, a partir de dados coletados na mídia e em redes sociais, expôs 273 mortes ocorridas no ano de 2022.

⁴ A lógica da cisheteronorma caminha no sentido de dar legitimidade somente para a orientação sexual heterossexual e de expressões de gênero que girem em torno da cisgeneridade, construindo movimentos de marginalização para corpos que não se encaixam dentro da heterossexualidade e da cisgeneridade.

⁵ Por cisheteropatriarcado compreendemos que no tecido social coexistem também opressões baseadas na predominância de poder de corpos masculinos cis-hétero perante todos os outros corpos.

⁶ O Estado brasileiro ainda não conta com dados oficiais retratando índices de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no país. A falta desses dados faz com que os grupos que tomam a iniciativa em expor a realidade de violência contra a diversidade sexual e de gênero tenham que recorrer a fontes de dados que não oferecem tanta precisão da realidade, como a imprensa e as redes sociais. Apesar dessas fontes oferecerem dados confiáveis sobre os casos relatados, os números reais estar sendo subestimados e apenas dados de instituições do Estado poderiam oferecer condições mais concretas para a legitimação de políticas públicas que possam combater a violência contra corpos LGBTQIAPN+.

Em contabilização de dados focados em práticas transfóbicas, a organização Transgender Europe divulgou, no final de 2023, os dados referentes às mortes de pessoas trans a nível global no período de outubro de 2022 até setembro de 2023, nos quais o Brasil foi classificado como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, posto que já ocupa nos dados da Transgender Europe há 15 anos consecutivos. Tal dado é corroborado pela coleta de dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), com o Brasil também assegurando o posto de país que mais assassina pessoas dessa população pelo décimo quinto ano consecutivo (Bruna Benevides, 2024). *O Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2024* também documenta que a maioria das travestis e mulheres transexuais ainda vivem da prostituição e têm extrema dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior.

No cenário político, foi perceptível o aumento da violência praticada contra a população LGBTQIAPN+ durante o período de eleições de 2018, no qual houve uma maior exposição de discursos LGBTQIAPN+fóbicos, inclusive incitados por figuras políticas, como o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro que, declaradamente, posicionava-se contrário às existências e vivências LGBTQIAPN+⁷. A partir disso, os quatro anos que se seguiram representaram a legitimação de discursos violentos e projetos de perseguição contra a população LGBTQIAPN+ por grande parte do corpo político brasileiro, com tal cenário conectando-se com o que Dolores Cristina Gomes Galindo et al (2017) destacam, colocando que o Estado de direitos e democracia para a população LGBTQIAPN+ não se efetivou plenamente no Brasil em função de lógicas e processos históricos de deslegitimação dessa população produzidos por forte ódio social. O projeto de lei (PL) 7382/2010 de Eduardo Cunha é uma das demonstrações de dispositivos que minam o exercício da cidadania plena da população LGBTQIAPN+, que ao, desonestamente, descontextualizar todo o panorama de violência contra a população LGBTQIAPN+, buscou promover mais privilégios para a população heterossexual, ao propor a criminalização da heterofobia. Já o PL 6583/2013, intitulado como o *Estatuto da Família*, teve por pauta utilizar do poderio de Estado para fortalecer mais o status da família heterossexual nuclear como a única válida e digna de direitos. Felizmente ambos os

⁷ “Bolsonaro critica ‘ideologia de gênero’ e diz: “O pai quer o filho homem e a filha mulher””, disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2020/01/bolsonaro-critica-ideologia-de-genero-e-diz-o-pai-quer-o-filho-homem-e-a-filha-mulher> ; “Bolsonaro: “Sou homofóbico sim, com muito orgulho. Não terão sossego””, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VpqsHe02uLE&feature=emb_title

projetos não se encontram mais em tramitação, mas continuam como exemplos impactantes de tentativas legislativas de penalizar sujeitos LGBTQIAPN+.

O Brasil, ainda que não disponha de uma legislação específica, é um país que garante o casamento entre pessoas do mesmo sexo de acordo com a resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça⁸, também não existindo impeditivos legais para os processos de adoção homoparental⁹. Já o Decreto n.º 8.727 (2016) coloca como status de lei que o nome social de travestis e transexuais deve ser respeitado em todo o território brasileiro¹⁰ e há intensa luta para que haja a desburocratização do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas não-cisgênero pelo Estado. Esses trâmites legais tratam de direitos importantes conquistados com décadas de luta pela população LGBTQIAPN+, com destaque para os movimentos advindos após o processo de redemocratização nos anos 80 e para os governos Lula e Dilma, em especial o que foi posterior ao ano de 2004, quando surge o *Programa Brasil Sem Homofobia* (Gustavo Gomes da Costa Santos, Olívia Cristina Perez, José Szwako, 2017). Em 2019, ano marcado por diversos acontecimentos na esfera política, houve uma decisão histórica e extremamente importante para a comunidade LGBTQIAPN+ brasileira. No dia 13 de junho de 2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que “houve omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminaliza atos de homofobia e de transfobia”, enquadrando “as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas” nos moldes da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor¹¹.

Observamos no âmbito da educação um longo histórico de reivindicações por políticas que incluam as pautas referentes ao gênero e à sexualidade, como na educação básica, onde, mesmo com a nítida presença de sujeitos LGBTQIAPN+, ainda há muito para ser construído (Maria Rita de Assis César, 2009). Na universidade os mecanismos de dominação e hegemonia também estão presentes (Elder Luan dos Santos Silva, 2017; Míriam Moreira da Silveira, 2012), produzindo barreiras para quem não se adequa à normatividade cisgênera e heterossexual. O acesso e a permanência da população

⁸ Resolução Nº 175 de 14/05/2013, disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>

⁹ Adoção por pares homoafetivos no Brasil, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59370/adocao-por-pares-homoafetivos-no-brasil>

¹⁰ “DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016”, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm

¹¹ “STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa”, disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>

LGBTQIAPN+ têm sido uma preocupação mais constante a partir dos anos 2000, com a criação de políticas e ações afirmativas que reconhecem e buscam efetivar direitos que garantam o respeito aos saberes e às existências dessas pessoas no ensino superior, especialmente da população de travestis e transexuais (Flavia Mateus Rios & Olívia Cristina Perez, 2021).

Compreendemos neste trabalho que as universidades, em seu processo de democratização, por meio da construção de políticas de cotas e de políticas de permanência (Luana Pereira Costa, 2015; Silveira, 2012), ampliaram o acesso de grupos marginalizados nesse contexto. O advento da Lei 12.711 de 2012, que estabelece as reservas de cotas para estudantes oriundos de escola pública, afrodescendentes e de classe econômica baixa, ampliou o acesso universitário a uma parte da população que historicamente tem sido excluída do direito ao ensino superior. Por outro lado, uma análise mais detalhada destas mudanças indica que outros grupos que se interseccionam a estes elencados na lei, como a população LGBTQIAPN+, por exemplo, não percebem políticas específicas, afinal, nem sempre as expressões de gênero e sexuais foram consideradas como marcadores sociais relevantes no que tange ao acesso e à permanência na universidade.

Há muito que se garantir sobre a qualidade de permanência da população LGBTQIAPN+ nas universidades, onde os processos pedagógicos e os mecanismos de exclusão ainda são existentes e produzem barreiras como o preconceito racial, de classe e de orientação sexual e gênero, efeitos da manutenção de desigualdades marcadas pelos discursos da sujeição do diferente. Vivemos, por exemplo, em um país em que apenas cerca de 0,02% de mulheres trans e travestis chegam na universidade (Bruna Benevides e Sayonara Nogueira, 2020). Situação que impacta, diretamente, em diversos âmbitos da vida dos sujeitos fora da cisheteronorma como, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho e na manutenção básica da vida material.

O cenário brasileiro, quanto à inclusão e permanência de pessoas LGBTQIAPN+ nos contextos de trabalho, é caracterizado por processos de exclusão-inclusão precária, nos quais somente aqueles sujeitos que possuem maior passabilidade, ou seja, que performam suas identidades de gênero e suas sexualidades de modo mais semelhante aos “homens e mulheres de verdade”, conseguem transpor as barreiras dos processos seletivos das empresas (Rafael Paulino Juliani, 2022). A situação é ainda mais complexa para pessoas transgêneras. Segundo Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2020), 90% da população de mulheres trans e travestis exercem atividades de prostituição, não só por

não conseguirem acesso ao mercado de trabalho, mas também em decorrência de uma baixa escolaridade, sendo compulsoriamente empurradas à prostituição e às margens da vida social. Aquelas poucas que conseguem se inserir nos contextos de trabalho são alocadas em funções subalternas e invisibilizadas, não passando ilesas de experiências de violências e discriminações (Henrique Luiz Caproni Neto, Luiz Alex Silva Saraiva & Renata Henrique Luiz de Almeida Bicalho, 2014; Marcos Roberto Vieira Garcia, 2007).

Para garantir a maior entrada e a permanência de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços universitários, agentes do movimento social LGBTQIAPN+ têm colocado a importância do desenvolvimento de políticas e ações afirmativas. Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas (GEMAA) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ações afirmativas são um conjunto de medidas que buscam combater as discriminações contra grupos socialmente vulneráveis com o objetivo de garantir sua maior representatividade e participação. Além das cotas e reservas de vagas ou outros processos de acessibilidade à educação superior, por exemplo, estão as medidas de proteção a estilos de vida ameaçados e as políticas de valorização identitária (GEMAA, 2021). Nesse caso, elas, não somente, têm um caráter reparatório (portanto retrospectivo) para a diminuição dos processos discriminatórios da sociedade, mas também prospectivo, na proposição de transformação social (Flávia Piovesan, 2008).

As pesquisas sobre o impacto de políticas e ações afirmativas voltadas para a população LGBTQIAPN+ nas universidades brasileiras são poucas e recentes, muitas delas tratando de relatos de casos de algumas instituições.

Os trabalhos de Marcelo Henrique de Souza (2015) e de Julião Gonçalves Amaral (2013) abordam as práticas de coletivos LGBTQIAPN+ na busca de visibilização da diversidade na universidade. A possibilidade do exercício da militância no ambiente universitário, e o que ele provoca enquanto espaço de reivindicação de direitos e cidadania LGBTQIAPN+, demonstram a falta de políticas institucionais que garantam respeito pelas suas identidades e necessidades no interior da universidade.

Complementarmente, Jailson Batista dos Santos (2017) aprofunda a forma como a condição de ser LGBTQIAPN+ em uma universidade é uma variável relevante na análise de processos de exclusão. A permanência e a acessibilidade aos processos educativos no contexto universitário são analisadas em um estudo de caso relacionado a três estudantes LGBTQIAPN+ que estavam em formação pedagógica para educação do campo. Os processos vivenciados por esses jovens revelaram mecanismos de exclusão da

universidade que se pautavam pelas normas heterossexistas e masculinistas. Assim, os processos educacionais universitários desvelam práticas pedagógicas e relacionais que situam a condição de ser LGBTQIAPN+ como fora da norma, inadequados ou, ainda, incapazes de certas aprendizagens e de ocuparem determinados lugares.

Silva (2017) e Rita de Cássia Dias Pereira Alves e Elder Luan dos Santos Silva (2016) apontam processos semelhantes de exclusão com um grupo de estudantes LGBTQIAPN+ no relato de suas vivências, notadamente, nas práticas de sala de aula. No entanto, os entrevistados também situam as possibilidades de resistência, que criam formas de permanecer e existir na universidade, que possibilitam a expressão das suas sexualidades e gêneros não-binários e não-normativos nas suas microrrelações.

Rios e Perez (2021), em seu artigo *Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças na última década*, destacam que, apesar da população de estudantes LGBTQIAPN+ não ser quantificada, por meio de pesquisas nacionais, estudos qualitativos indicam que a presença de sujeitos da diversidade sexual e de gênero têm aumentado cada vez mais nas universidades públicas. A partir disso, é perceptível o impacto em algumas instituições, com a adoção do uso do nome social e com algumas universidades permitindo que os banheiros sejam utilizados de acordo com as identidades de gênero. Outra discussão que também vem avançando refere-se à instituição de cotas para pessoas trans, visando a “institucionalização de mecanismos inclusivos na estrutura burocrática da universidade” (p.100).

Os autores também enfatizam que “o perfil universitário mudou” (p. 112) e que a presença de sujeitos da diversidade sexual e de gênero traz diversos impactos nas dimensões do espaço universitário, ao encontrarem “demandas por políticas institucionais e questões relacionadas ao sentimento de (não) pertencimento dentro da universidade” (p. 108). Esse último trecho também demonstra que as questões envolvendo o sentimento de pertencimento na universidade, por parte de estudantes LGBTQIAPN+, é algo que urge ser pensado, sendo importante o desenvolvimento de mais pesquisas a respeito.

Colocando em pauta as questões da cidadania e direitos LGBTQIAPN+, o movimento social (Adriana Sales, 2019; Daniele Jardim Barreto et al, 2018; Luiz Mello et al, 2012) é, historicamente, mais um importante e estratégico campo de luta, não só para o acesso, mas também para a permanência com dignidade, por meio de ações como a garantia do uso do nome social para a população trans no contexto do ensino básico e superior (Decreto Federal 8.727 de 2016), bem como da adequação da identidade de gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de laudos psicológicos ou

psiquiátricos. Iniciativas de algumas universidades para oferta de cotas específicas para ingresso de pessoas trans na graduação, como observado em práticas implementadas pela UFABC, UFSC, UFBA e Unicamp, constituem um exemplo importante de ação afirmativa com impacto positivo para a população LGBTQIAPN+, ao promover ampliação da diversidade dentro do espaço acadêmico e justiça social em relação a este seguimento populacional que muitas vezes não consegue chegar na universidade.

A partir dessas considerações, propusemos uma pesquisa para estudar as demandas e a qualidade de políticas e ações afirmativas de acordo com a população discente de uma universidade pública, que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo¹². Tal pesquisa faz parte de um conjunto de outras pesquisas sobre a identificação de políticas e ações afirmativas para a população LGBTQIAPN+ em universidades públicas¹³ e a análise dos efeitos dessas para o acesso e permanência à educação e ao combate à violência contra a diversidade sexual e de gênero. Durante seu percurso, a pesquisa foi ampliada para incluir as classes docente e de técnicos(as) administrativos(as) entre os segmentos universitários pesquisados, pois observamos que essa população também tinha demandas, vivências e opiniões que precisavam ser ouvidas e registradas. Portanto, os dados coletados e analisados aqui contam com respondentes discentes, docentes e técnicos(as) administrativos(as) LGBTQIAPN+.

O objetivo no presente artigo é, portanto, apresentar parte dos resultados coletados, incluindo indicadores que demonstram se os respondentes conhecem ou não ações afirmativas para a população LGBTQIAPN+ na universidade, o que dizem sobre as ações que conhecem e quais outras que acham necessárias de serem elaboradas e implantadas, além da exposição de suas diversas vivências.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa qualitativa foi a referência para a abordagem e o levantamento das informações. Destacamos que a presente investigação se pauta em aproximações do conjunto de aspectos que Uwe Flick (2009) considera essencial da pesquisa qualitativa, onde é levada em consideração a perspectiva dos participantes e sua diversidade, bem como a reflexividade do pesquisador significa poder estar aberto a caminhos de

¹² Processo Fapesp 19/01501-0; Processo Fapesp 20/09586.

¹³ Ações e políticas afirmativas universitárias para estudantes LGBTI+: um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Espanha (proc. Fapesp 2020/09586-1).

compreensão do fenômeno que se quer pesquisar. Do mesmo modo, significa implicar a pesquisa ética e politicamente na produção de dados, levando em conta os seus efeitos em um contexto mais amplo. A variabilidade de abordagens e métodos também permite nos aproximar mais dos fenômenos complexos que, geralmente, são objetos das pesquisas qualitativas.

Para conseguir alcançar o público-alvo da universidade, utilizamos um questionário online disponibilizado pela plataforma *Google Forms*, com questões de múltipla escolha, questões abertas e outras com respostas referendadas pela escala LIKERT¹⁴. O questionário foi divulgado especificamente para a população LGBTQIAPN+, tendo como parâmetro a autoidentificação dos participantes, visando garantir que apenas sujeitos que se identificam como LGBTQIAPN+ fossem incluídos no estudo. Durante a elaboração do questionário, buscou-se trazer a maior inclusão possível de sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+, por meio da disponibilização de campos específicos para a descrição de outras respostas não previstas, tendo em mente que não existem apenas dois gêneros nem sexualidades restritos e que as identificações sexuais e de gênero são processos em construção (Leandro Colling, 2016). Para a tabulação dos questionários e produção das tabelas foi utilizada a Análise de Conteúdo (Laurence Bardin, 1977), com atenção para a análise quantitativa e qualitativa das respostas obtidas.

O questionário foi organizado em duas partes. Em uma delas buscou-se realizar uma descrição do conjunto de participantes com dados como: qual segmento o respondente pertence à comunidade universitária (docente, discente ou técnico-administrativo), idade, orientação sexual, identidade de gênero. Na segunda parte foram abordadas questões que trazem opiniões relativas a ações afirmativas para a população LGBTQIAPN+ na universidade. Outro conjunto de questões, mais avaliativo, abordou experiências envolvendo aspectos de segurança e situações de discriminação vividas enquanto LGBTQIAPN+ no contexto universitário, nos seus diferentes espaços de interação. Foram aplicados 10 questionários piloto com o objetivo de aprimorar a qualidade das respostas e verificar sua adequação aos objetivos estabelecidos. Essa etapa piloto foi crucial para identificar eventuais falhas nas questões formuladas, ajustar o

¹⁴ Desenvolvida por Rensis Likert, a escala Likert é uma escala utilizada em diversas pesquisas e questionários para medir o nível de opiniões, percepções, sentimentos ou atitudes de participantes no que diz respeito a diversos temas (Bernardo Aguiar, Walter Correia e Fábio Campos, 2011). É comum utilizar tal escala no formato de cinco possibilidades, consistindo em poder concordar totalmente, discordar moderadamente, não saber ao certo, discordar moderadamente e discordar totalmente, sendo o arranjo utilizado na presente pesquisa.

formato dos questionários e assegurar que os dados coletados fossem pertinentes. Após a aplicação dos 10 questionários pilotos, entramos em contato com as unidades da universidade e solicitamos a divulgação do material por meio das listas de endereços eletrônicos da comunidade universitária, além da divulgação do questionário em redes sociais digitais. O questionário ficou disponível para receber respostas por um período de 4 meses, com o objetivo de alcançar o maior número possível de participantes.

Participantes

A pesquisa foi realizada junto a uma universidade de grande porte com a média de 60.000 pessoas (entre docentes, discentes e técnicos administrativos) e foram obtidas 453 respostas. Quanto à divisão dos segmentos e às faixas de idade, temos:

Tabela 1: Divisão de participantes por seguimento

Seguimento	Nº de Participantes
Discentes	399 (88,09%)
Docentes	28 (6,18%)
Técnicos (as) Administrativos (as)	26 (5,73%)
Total	453 (100%)

Tabela 2: Divisão de participantes por faixa etária

Faixa de Idade	Nº de Participantes
17 anos ou menos	5 (1,1%)
18 a 25 anos	288 (63,58%)
26 a 30 anos	94 (20,76%)
31 a 40 anos	42 (9,28%)
41 a 50 anos	12 (2,64%)
51 a 60 anos	10 (2,20%)
61 anos ou mais	2 (0,44%)
Total	453 (100%)

Em relação às identificações de sexualidade, obtivemos a maior quantidade de respostas de pessoas que se identificaram como *gays*, seguido de bissexuais, lésbicas, pansexuais, assexuais e uma parcela dos respondentes selecionaram a opção “outro”, assinalando identidades como: “Androsexual”, “Sapatão Masculino” e “Demissexual”.

Tabela 3: Divisão de participantes por orientação sexual

Orientação sexual	Parcela de Participantes
Gay	35,5%
Bissexual	34,8%
Lésbica	17,5%
Pansexual	5,4%
Assexual	2,2%
“Outro”	4,6%
Total	100%

Já quando questionados sobre a identidade de gênero, a maioria dos participantes responderam ao questionário se identificando como mulheres e homens cisgênero. Em seguida, obtivemos participação de pessoas não-binárias, pessoas de gênero fluído, agênero, homens e mulheres trans e uma parcela que selecionou a opção “outro”, com alguns colocando no espaço dedicado a quem selecionou essa opção identidades de gênero como: “Sapatão Masculino”, “Todas as opções anteriores” e “Homem não-binárie”.

Tabela 4: Divisão de participantes por gênero

Gênero	Parcela de Participantes
Mulher Cisgênero	45,8%
Homem Cisgênero	45,6%
Não-Binário	2,9%
Gênero Fluído	1,3%

Agênero	1,1%
Homem Trans	0,4%
Mulher Trans	0,2%
Outro	2,7%
Total	100%

Resultados e discussão

Primeiramente, apresentaremos o conjunto de opiniões encontradas sobre as ações afirmativas na universidade de acordo com a população de discentes, docentes e técnicos(as) administrativos(as) LGBTQIAPN+. Tais informações buscam conhecer como a população LGBTQIAPN+ percebe a universidade quando se trata de ações dirigidas a diminuir e enfrentar exclusões e discriminações contra dissidências sexuais e de gênero.

Em um segundo momento, apresentamos os resultados sobre como a população LGBTQIAPN+ universitária vivencia as discriminações por conta de identificações de gênero e sexualidade. Aqui, busca-se compreender se a comunidade LGBTQIAPN+ percebe a universidade como segura ou insegura e avaliar os níveis de conhecimento da comunidade universitária no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero.

Informações relativas a ações e políticas afirmativas

Iniciamos a análise examinando o quão informados os participantes da pesquisa demonstraram estar no quesito ações afirmativas para população LGBTQIAPN+ na universidade pesquisada. Antes de analisar os dados obtidos, ressalta-se que durante a pesquisa foram identificadas determinadas iniciativas por parte da instituição objeto de estudo que podem ser caracterizadas como inclusivas em relação à comunidade LGBTQIAPN+. Dentre essas iniciativas, destacamos a implementação do direito ao uso do nome social para estudantes Trans e a inclusão de conteúdos associados a diversidade sexual e de gênero em veículos de mídia e instrução da universidade. Outras formas de ação como cursos, debates e eventos sobre temáticas relacionadas aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ também foram identificados, não como ações institucionalizadas, mas como ações de coletivos, grupos de pesquisa e projetos de extensão universitária.

Quando perguntados acerca de informações relativas a alguma ação afirmativa para a comunidade LGBTQIAPN+ na universidade, os participantes responderam da seguinte forma:

Tabela 5: Informação dos participantes sobre ações afirmativas para população LGBTQIAPN+ na universidade pesquisada

Informação dos participantes	Parcela de Participantes
Nenhuma informação sobre ações afirmativas	52,4%
Conheciam ações afirmativas na universidade pesquisada	36,2%
Não tinham certeza	11,4%
Total	100%

Os que responderam “sim” para essa questão são então questionados sobre qual ação afirmativa conheciam, podendo selecionar todas as alternativas que desejassem, entre Leis e Normas Institucionais, Palestras e cursos de formação para a comunidade acadêmica sobre diversidade sexual e de gênero, Grupos de Apoio, Atividades Artísticas e Culturais e a opção “outro”:

Tabela 6: Classificação de quais tipos de ações afirmativas para população LGBTQIAPN+ eram conhecidas pelos participantes que selecionaram ter informações sobre ações afirmativas na universidade pesquisada

Tipo de ação afirmativa	Parcela de Participantes
Leis e Normas Institucionais	14,2%
Grupos de Apoio	43,74%
Palestras e cursos de formação para a comunidade acadêmica sobre diversidade sexual e de gênero	63,06%
Atividades Artísticas e Culturais	46,01%
Outro	6,81%

Como resposta à questão “Você acredita que são necessárias mais políticas afirmativas para estudantes LGBTQIAPN+ na universidade?”, 93,7% assinalaram que sim, 4,5% que não tinham certeza e 1,8% que não. Ao responderem “Se sim, quais ações

afirmativas para a população LGBTQIAPN+ são necessárias de serem formuladas e implementadas na universidade?”, podendo selecionar todas as alternativas que desejassem, dentro dos 421 respondentes (92,94% do total de participantes), obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 7: Classificação de quais tipos de ações afirmativas para a população LGBTQIAPN+ foram selecionadas como necessárias de serem formuladas e implementadas na universidade

Tipo de ação afirmativa	Parcela de Participantes
Leis e Normas Institucionais	78,4%
Grupos de Apoio	76,5%
Palestras e cursos de formação para a comunidade acadêmica sobre diversidade sexual e de gênero	84,3%
Atividades Artísticas e Culturais	65,6%
Outro	10,2%

Diante desses dados, destacamos que apenas 36,2% dos participantes afirmaram conhecer ações afirmativas na universidade em que estudavam. Ao pedir para especificar qual ação conheciam, apenas 14,2% respondentes afirmaram ser leis e normas institucionais, enquanto outras alternativas obtiveram maior adesão, demonstrando que a maior parte dos que conheciam ações referentes à comunidade LGBTQIAPN+ no espaço universitário tinham informações de ações que, em sua maioria, eram promovidas por discentes e docentes, sendo que uma minoria possuía informações de ações afirmativas que poderiam ser atribuídas à instituição universitária.

Uma possibilidade para explicar tais dados é a falta de circulação e comunicação sobre o que é feito na universidade. Essa questão poderia ser pensada por meio de estratégias institucionais que promovessem diálogos sobre a relação de membros LGBTQIAPN+ e a universidade, abordando a situação de acessibilidade e permanência dessas pessoas, as ações e políticas afirmativas já existentes para a comunidade da diversidade sexual e de gênero e quais são as reivindicações presentes também. Mais canais de comunicação direta entre os discentes e os responsáveis pela instituição poderiam promover maior conhecimento sobre o que está sendo desenvolvido pela universidade.

Outro ponto relevante é que quando questionados se acreditam que são necessárias mais ações afirmativas para a população LGBTQIAPN+ na universidade, 93,7% dos participantes afirmaram que sim. Ao solicitarmos que especificassem quais tipos de ações eram necessárias, 78,4% dos respondentes selecionaram a opção referente a leis e normas institucionais, em contraste com a minoria de pessoas que, quando conhecia uma ação afirmativa na universidade, selecionou leis e normas institucionais como opção, mostrando o descompasso entre o que é oferecido na universidade e o que é visto como necessário pela comunidade LGBTQIAPN+ universitária no que diz respeito a ações afirmativas para a população LGBTQIAPN+.

Leis e normas institucionais específicas a população LGBTQIAPN+ poderiam ser justificadas diante das dificuldades que tais pessoas enfrentam por serem LGBTQIAPN+:

[...] os atuais desafios enfrentados pelos estudantes LGBT estão atrelados às questões financeiras, assistência estudantil desfavorável, e sentimento de rejeição e exclusão por atos preconceituosos. Nesse sentido, a condição de ser LGBT, reforça essas dificuldades, tornando-as mais evidentes, fazendo com que a permanência se configure como um verdadeiro ato de resistência. (SANTOS, 2017, p. 20)

Tais leis e normas poderiam se materializar, por exemplo, em medidas que fizessem com que docentes e técnicos(as) administrativos(as) tivessem contato com conhecimentos básicos sobre as identidades e formas de tratamento em relação à diversidade sexual e de gênero, a partir de iniciativas da universidade que levariam esses profissionais a lidar melhor com questões que envolvem esse universo. Outra possibilidade é de que as ações desenvolvidas não atendiam às reais demandas dessa população nas relações pedagógicas e no trabalho administrativo cotidianos. As categorias de leis e normas no questionário não abarcaram especificidades dessas leis e normas, O questionário não permitia especificar quais leis e normas seriam necessárias, o que poderia ser desenvolvido, futuramente, em outras investigações ou em entrevistas em profundidade.

Discriminações e exclusões no cotidiano da universidade

Ao responderem o questionamento “Você já sofreu discriminação por ser LGBTQIAPN+ na universidade?”, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 8: Números de discriminação LGBTQIAPN+fóbica sofrida por participantes da pesquisa

	Parcela de participantes
Nunca sofreu discriminação por ser LGBTQIAPN+	78,2%
Já sofreu algum tipo de discriminação por ser LGBTQIAPN+	15,3%
Não tem certeza se já sofreu discriminação por ser LGBTQIAPN+	6,5%

Ao serem questionadas “por quem?”, 72 dos participantes que assinalaram “sim” ou “não tenho certeza” ao questionamento anterior responderam da seguinte forma, podendo assinalar mais de uma opção:

Tabela 9: Agentes de discriminação LGBTQIAPN+fóbica assinalados pelos participantes

Divisão de agentes discriminantes por seguimento	Parcela de participantes discriminados
Discentes	76,4%
Docentes	40,3%
Técnicos Administrativos	27,8%

Em seguinte, os participantes que relataram discriminação LGBTQIAPN+fóbica foram questionados qual tipo de discriminação sofreram, podendo assinalar mais de uma opção:

Tabela 10: Caracterização do tipo de discriminação LGBTQIAPN+fóbica sofrida

Tipo de agressão discriminatória	Parcela de participantes discriminados
Verbal	84,2%
Física	29,1%
Psicológica	83,1%
Outro	5,6%

Em seguida, foram apresentadas questões para setores específicos da universidade. Para os discentes foi perguntado: “você concorda em afirmar que os conteúdos abordados em sala de aula são inclusivos com a população LGBTQIAPN+?”. Para o seguimento de docentes foi feita a questão: “você concorda em afirmar que seus colegas conhecem suficientemente sobre assuntos envolvendo a diversidade sexual e de gênero?”. Já para a questão direcionada a técnicos(as) administrativos(as), foi selecionado o questionamento: “Você concorda em afirmar que seus colegas de seção têm conhecimentos suficientes sobre questões envolvendo a diversidade sexual e de gênero?”. As respostas obtidas configuram o seguinte:

Tabela 11: Indicativos de questão direcionada aos participantes discentes

Escala	Parcela de de participantes discriminados
Concordam totalmente	7,4%
Concordam moderadamente	23,3%
Não sabem ao certo	30,5%
Discordam moderadamente	24,1%
Discordam totalmente	14,7%
Total	100%

Tabela 12: Indicativos de questão direcionada aos participantes docentes

Escala	Parcela de de participantes discriminados
Concordam totalmente	3,3%
Concordam moderadamente	16,7%
Não sabem ao certo	23,3%
Discordam moderadamente	30%
Discordam totalmente	26,7%
Total	100%

Tabela 13: Indicativos de questão direcionada aos participantes técnicos administrativos

Escala	Parcela de de participantes discriminados
Concordam totalmente	7,7%
Concordam moderadamente	23,1%
Não sabem ao certo	15,4%
Discordam moderadamente	23,1%
Discordam totalmente	30,7%
Total	100%

Por fim, os respondentes são questionados se consideram “a universidade como ativa no combate à violência contra a diversidade sexual e de gênero?”:

Tabela 12: Indicativos de questão direcionada a questionar se os participantes consideram a universidade pesquisada como ativa no combate à violência contra população LGBTQIAPN+

Sim	20,4%
Não	34,2%
Não tem certeza	45,4%
Total	100%

Analisando os dados trazidos acima, vemos que, ao serem perguntados se já sofreram discriminação por ser LGBTQIAPN+ na universidade, 15,3% (68 pessoas) afirmaram que sim, trazendo um dado preocupante sobre a vivência dessa população na universidade. Se levarmos em conta aqueles que não tem certeza, a quantidade de respondentes pode aumentar para até 97 pessoas que podem ter sofrido discriminação no espaço universitário, mas não sabem identificar. Apesar de ser escasso o material de pesquisas semelhantes que trazem embasamento sobre as consequências da LGBTQIAPN+fobia em espaços universitários (Henrique Caetano Nardi et al, 2013), existem diversas pesquisas que apontam que o desempenho escolar de crianças e adolescentes é gravemente prejudicado por experiências de LGBTQIAPN+fobias

enfrentadas por alunos do ensino fundamental e médio (Paloma Pegolo de Albuquerque & Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, 2015), sendo possível fazer uma associação entre os dois contextos, considerando que são necessárias pesquisas que demonstrem as particularidades do espaço universitário em relação a LGBTQIAPN+fobias enfrentadas nesse ambiente.

Por outro lado, quando se indica quem é o autor das discriminações, aparece o maior segmento do grupo respondente, que é o discente, considerando que tais discriminações ocorrem nas relações cotidianas e de sociabilidade. Quanto ao tipo, a maioria das respostas apontam que são a do tipo verbal (84,2%) e psicológica (83,1%).

Já a falta de informações por parte de docentes não se restringe ao ambiente universitário, tal defasagem também está presente na formação de professores do ensino básico (Deisi Noro; Livia Crespi; Márcia Finimundi Nóbile, 2019) e existem demandas para mudanças nesse âmbito também:

A perspectiva histórica e sociocultural da sexualidade e do gênero vem ganhando visibilidade nos meios acadêmicos, mas a sensibilização das pessoas não se efetiva num curto período. É necessária uma proposta permanente de discussão dos temas no ensino formal, sinalizando para que os cursos superiores, principalmente as licenciaturas, incluam em seus currículos essas questões. (Zilene Pereira Soares & Simone Souza Monteiro, 2019, p. 302)

Quando questionados sobre se é correto afirmar que seus colegas são informados o suficiente em relação a quesitos envolvendo a diversidade sexual e de gênero, a maioria dos respondentes dos segmentos de servidores técnicos(as) administrativos(as) e de docentes discordou totalmente ou moderadamente dessa afirmação (30,8% dos técnicos[as] administrativos[as] discordaram totalmente e 23,1% discordaram moderadamente; 26,7% dos docentes discordaram totalmente e 30% discordaram moderadamente). Tais dados indicam que esses segmentos também demandam ações de formação para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e de garantia de respeito às diversidades sexuais e de gênero.

Como último tópico do questionário, os participantes são questionados se consideram a universidade como ativa no combate à violência contra a diversidade sexual e de gênero. 79,6% indicam que não e quando solicitados a especificar essas respostas levantaram pontos como: a) Falta de apoio institucional; b) Falta de implicação de servidores docentes e técnicos(as) administrativos(as); c) LGBTQIAPN+fobia praticada por docentes; d) ausência de debates sobre sexualidade e gênero para todos os setores; e) ausência de espaços de acolhimento. Tais dados podem dialogar com as respostas sobre quais ações e políticas são avaliadas ainda como necessárias, especialmente no que se

refere à institucionalização de ações afirmativas voltadas para a diminuição e enfrentamento às discriminações, assédios e exclusões vividas no cotidiano pela comunidade LGBTQIAPN+ universitária.

Considerações finais

O presente estudo buscou analisar as opiniões e experiências da população LGBTQIAPN+ sobre ações afirmativas desenvolvidas por uma universidade pública para o acesso e permanência à educação e o combate à violência LGBTQIAPN+fóbica. As informações levantadas indicam um desconhecimento de grande parte dessa comunidade dos tipos de ações desenvolvidas pela universidade ao mesmo tempo que demandam ações adicionais que, de fato, contemplem as realidades vividas pelas pessoas LGBTQIAPN+ no cotidiano universitário.

Este estudo revela que apenas 36,2% dos participantes possuem informações sobre ações afirmativas na universidade em que estudam. Dentre estes, a maioria (78,4%) identifica leis e normas institucionais como as principais ações afirmativas necessárias para a população LGBTQIAPN+, em contraste com a minoria que conhece efetivamente tais iniciativas promovidas pela instituição. Isso evidencia uma lacuna entre o que é oferecido pela universidade e as demandas percebidas pela comunidade LGBTQIAPN+ universitária. A comunidade LGBTQIAPN+ da universidade pesquisada compreende que há necessidade de implantação de ações como: as cotas para a população T, normas anti- LGBTQIAPN+fóbicas, grupos de acolhimento a essa população e incentivos para eventos e palestras que pautem as necessidades da comunidade LGBTQIAPN+ em maior ou menor grau.

Outro aspecto preocupante é o alto índice (15,3%) de participantes que afirmaram ter sofrido discriminação LGBTQIAPN+ na universidade, indicando a urgência de pesquisas que investiguem as consequências dessas experiências no contexto universitário. A maioria das discriminações é atribuída aos próprios discentes, sendo predominantes os tipos verbal (84,2%) e psicológico (83,1%), refletindo uma cultura institucional que reproduz preconceitos e marginalizações. Os indicadores sobre as formas de discriminações vividas na universidade corroboram outras pesquisas, mesmo que ainda incipientes no contexto brasileiro, de situações de LGBTQIAPN+fobias na universidade nos diferentes segmentos, ou seja, não somente o corpo discente, mas também docentes e técnicos(as) administrativos(as) LGBTQIAPN+.

Uma universidade efetivamente democrática para a comunidade LGBTQIAPN+ deve estar atenta às demandas dessa comunidade. Elas vão desde as retrospectivas, de reparação histórica de modo a reduzir desigualdades, especialmente para a população T, mas também prospectivas, quando se considera a produção de uma cultura de respeito às diversidades sexuais e de identidade de gênero no contexto universitário. Nesse sentido, é importante construir garantias de representatividade em atividades administrativas e pedagógicas, bem como epistêmicas e curriculares.

Referências

Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

AGUIAR, Bernardo; CORREIA, Walter; CAMPOS, Fábio. Uso da escala likert na análise de jogos. **SBC-Proceedings of SBGames Anais**, v. 7, n. 2, 2011.

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 663-676, set. 2015.

ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira.; SILVA, Elder Luan dos Santos. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. **Gênero**, Niterói, v.17, n.1, p. 83 – 98, 2.sem. 2016.

AMARAL, Julião Gonçalves. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Revista Teoria & Sociedade**, n. 12, v. 2, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Daniele Jardim et al. Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. **Revista de Psicologia Política**, v. 18, p. 322-336, 2018.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

CAPRONI NETO, Henrique Luiz Caproni; SARAIVA, Luiz Alex Silva; DE ALMEIDA BICALHO, Renata. Diversidade sexual nas organizações: um estudo sobre coming out. **Revista pensamento contemporâneo em administração**, v. 8, n. 1, p. 86-103, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". *Educ. rev.*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

COSTA, Luana. Pereira. **O judiciário enquanto aliado do movimento LGBT: perspectivas positivas e negativas em comparação ao legislativo na busca pela criminalização da homofobia**. Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Lucas Pizzolatto Konzen. Porto Alegre, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Art Med, 2009.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes et al. LGBTs e gênero banidos? Notas genealógicas sobre projetos de lei no Brasil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 22, n. 2, p. 253-264, abr./jun. 2017.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GEMAA- Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas. **O que são ações afirmativas?**, 2021. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Instituto de Estudos Sociais e Políticos: UERJ, Acessado em 12/08/2021.

Grupo Gay da Bahia. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia 2023. 2024, on-line**. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/>

Grupo Gay da Bahia. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2022**. 2023, on-line. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>

JULIANI, Rafael Paulino. **The Rainbow Business (does not) Wants You: um estudo sobre políticas organizacionais de inclusão de trabalhadores LGBTs**. 2022. 166f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. *Rev. psicol. Polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

MELLO, Luiz. et al. **Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas**. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan./jun. 2012.

NARDI, Henrique Caetano et al. O "armário" da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 12/2, 2013

NORO, Deisi; CRESPI, Livia; NÓBILE, Márcia. Finimundi. Formação docente sobre gênero e sexualidade: conhecimento, relevância e caminhos. **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 1-10, 2019.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. V. 16, n. 3, pp. 887-896, 2008.

RIOS, Flávia Mateus; PEREZ, Olívia Cristina. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década. In: Regina Facchini e Isadora Lins França. (Org.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. 1ed.Campinas: Unicamp, v. 1, p. 89-116, 2021.

SALES, Adriana. **Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SANTOS, Jailson Batista dos. A condição de ser LGBT e a permanência na universidade: um estudo de caso no curso de pedagogia - educação do campo. **Anais do Colóquio Internacional de Pesquisas na Educação Superior - COIPESU**, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, p. 1-21, 2017.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; PEREZ, Olívia Cristina; SZWAKO, José. ‘Gêneros da participação’: refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal. **Estudos de Sociologia**, Recife. Vol. 2, nº 23, p. 19-74, 2017.

SILVA, Elder Luan dos Santos. **Trajatória, permanência e afiliação de estudantes lgfts na ufrb**: a transformação do estigma em orgulho. Dissertação. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVEIRA, Míriam Moreira. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação. Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Pelotas, 2012.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 287-305, Feb. 2019.

SOUZA, Marcelo Henrique. **A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Salvador, Universidade Federal da Bahia, p. 91, 2015.

Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2023 Global Update** [online]. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/>

Recebido em abril de 2024.
Aprovado em julho de 2024.